

Redução de despesas exige mais esforço dos Estados

BRASILIA — O esforço de contenção do déficit público poderá levar o Governo a exigir um melhor desempenho financeiro dos Estados e Municípios. Isso significa que os Governos estaduais e municipais poderão desembolsar uma maior parcela de recursos para o pagamento da dívida mobiliária. Essa proposta já está em estudo nos Ministérios da Fazenda e Planejamento e depende do sinal verde da Presidência da República para ser adotada.

Uma maior contribuição dos Estados e Municípios e a eliminação gra-

dual de subsídios, sobretudo do trigo, dando mais folga para a execução do Orçamento Geral da União, são medidas defendidas por importantes assessores da área econômica. O Ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, reuniu-se ontem com o Secretário de Orçamento e Finanças, José Ribas Neto, para uma avaliação preliminar do orçamento.

A programação atual do Orçamento, com base em uma inflação de 120% para 88, prevê uma rolagem da dívida mobiliária dos estados e municípios de 75%. Na revisão que está sendo realizada pela equipe de Batis-

ta, esse percentual poderá ser alterado, com os estados e municípios pagando mais no resgate de títulos da dívida mobiliária.

Por determinação de Batista, o Instituto de Planejamento Econômico e Social (Ipea) vai analisar todos os projetos e programas de Governo. Nesse trabalho, o Ipea se voltará principalmente para os programas novos. É intenção do Ministro do Planejamento promover o adiamento da liberação de recursos ligados a programas novos, segurando as despesas do caixa do Tesouro.